

PERSPECTIVA DA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

PROF. MAGDALENO GIRÃO BARROSO
Catedrático de Economia Política

Do ponto de vista dos fatos, a realidade econômica contemporânea revela o embate de três sistemas econômicos, a saber: o capitalista, o socialista e um terceiro tipo, mais ou menos reformista, próprio especialmente das nações em vias de desenvolvimento. Correlativamente, as idéias dominantes são: a liberal, a marxista e, numa posição intermediária, o pensamento intervencionista, vêzes neoliberal, vêzes neo-socialista.

A análise de todos êsses movimentos sócio-econômicos e culturais da nossa época entremostra a aproximação de um novo ciclo histórico, sob a influência de novos valores, para uns, os marxistas, colimando a plena realização do comunismo, para outros, os liberais e neoliberais, objetivando a reacomodação do capitalismo em face das transformações mundiais, para outros, enfim, os inconformados com as duas citadas ordens de cousas, assinalando o evento de uma terceira fôrça, um terceiro caminho, uma solução diferente das anteriores e consistente no que se convencionou chamar de democracia econômica ou economia social.

Há hoje uma vasta literatura, não somente doutrinária, mas científica também, pronunciando-se sobre essas diversas tendências e procurando prever qual delas haverá de prevalecer no mundo de amanhã. Ao lado dos que persistem, ainda que sob relutantes concessões, na defesa do capitalismo, bem como dos que ortodoxamente asseguram a proximidade da efetivação das idéias marxistas-leninistas, ressalta cada vez mais e com ênfase cada vez maior uma corrente de grande valor e notoriedade, servida por grandes nomes, tanto no campo da economia aplicada, quanto no da científica, defendendo a hipótese do modelo da economia social, para o qual pretende estabelecer os lineamentos teóricos, até aqui disfarçados precisamente em reformismos mais ou menos empíricos.

Essa corrente, a que atribuímos enorme significação para o futuro da economia nacional e mundial, fundamenta-se em parte na crítica feita aos sistemas capitalista e comunista, e, em parte, na atitude construtivista de economistas de renome, desde aquêles que estudaram as novas condições do mercado, em função da competição imperfeita e monopolística, passando pelos que criaram a teoria do desenvolvimento, até quantos estenderam sua análise às condições da economia planificada, todos êles emprestando a sua valiosa contribuição no sentido da solução dos problemas de política econômica, surgidos nesta segunda metade de século.

Dentre os fatores determinantes do novo pensamento, caracterizado por seu espírito de síntese e unificação de princípios, talvez em busca de uma economia fundamental, cumpre destacar especialmente o empenho das classes desfavorecidas por justiça social, a luta dos povos subdesenvolvidos por sua recuperação, as condições tecnológicas e socializadoras da produção e a consciência de que o destino do homem não se resolve por meio de fórmulas unilaterais, porventura condicionadas aos fins essencialmente materiais de desenvolvimento econômico, senão, e sobretudo, pela concepção polimorfa e espiritual, que reconhece a necessidade da justiça social, pela justa repartição da riqueza, mas também acha que êsse pro-

grama pode e deve ser realizado humanamente, ou seja, salvaguardados os ditames da liberdade e da dignidade inerentes à personalidade do ser humano.

O programa a que nos referimos concentra-se em nossos dias no movimento "Economia e Humanismo", a que o padre Lebret acaba de emprestar novo vigor com o seu livro "Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente", cujas conclusões ressaltam a eficácia dos valores morais.

Não é suficiente, porém, colocar o problema nesses termos, quando ainda não alcançamos o reino utópico da fraternidade universal, impondo-se racionalizar a questão, ou seja, mais explicitamente, estruturar o modelo teórico-prático em função do qual a idéia sã, justa, equilibrada e completa da economia social possa tornar-se uma realidade e, como tal, substituir no tempo oportuno o capitalismo decadente, ao mesmo passo que reprimir o comunismo avassalador.

Aqui e ali pululam as experiências, mais ou menos férteis e afortunadas, tôdas elas, no entanto, indecisas, incompletas, precárias, no decisivo equacionamento da política econômica salvadora. A situação assim continuará, enquanto as práticas até agora realizadas e os princípios teóricos estabelecidos não chegarem a ser concluídos, sistematizados e unificados numa doutrina definidora do conceito de economia social, dos seus pressupostos lógicos e teleológicos, e dos métodos que cumpre empregar para a sua efetivação. Sobretudo, dentre as questões a merecerem essa teorização, cabe fixar onde, como e quanto deve o poder social intervir, atentas as diversidades de tempo e espaço, na atividade econômica, tudo o mais reservado à legítima expansão da iniciativa individual, no sentido da obtenção de um indispensável equilíbrio com desenvolvimento.

Há quem suponha ser essa fórmula irrealizável. O capitalismo se expande, mas sob o guante de crises e desigualdades tanto internas, em relação às classes, quanto externas, em relação aos povos. O comunismo estabiliza, equilibra, mas com tendência à estagnação e limitação das liberdades. O modelo keinesiano só se admite a curto prazo e nada tem de geral.

A economia monopólica é instável, caprichosa, enfim, tudo, no regime econômico, segue a regra do jôgo, do acaso ou da dominação. Será que deveríamos desesperar? Será que, sujeitos ao princípio funcional das alternativas e das antinomias — abundância x pobreza, estabilidade x desenvolvimento, liberdade x justiça — não nos seria possível construir um modelo compósito, em que tais dilemas fôssem solucionados e o *optimum* econômico assegurado?

Esta, a nosso ver, a perspectiva fundamental do pensamento econômico contemporâneo, a cujo espírito de síntese, sob a dominância dos valores sociais, o destino da cultura e da civilização, ameaçado por tantos escolhos, está confiado.